Cidades em Movimento: Transformação feminina no Rio Grande do Sul | CNN Brasil 10/18/2024 | CNN BRASIL ONLINE | Clique aqui para visualizar a notícia no navegador

Conteúdo patrocinado:

Conteúdo patrocinado é o espaço para as marcas se comunicarem com o público.

À medida que nos aproximamos do fim da primeira temporada de "Cidades em Movimento", o nono episódio é lançado com um olhar detalhado e poderoso sobre Seberi, uma cidade no Rio Grande do Sul. Com uma população de 11.950 habitantes, Seberi é um exemplo de como o empoderamento feminino pode transformar famílias e comunidades.

18/10/2024 às 10:14

Compartilhar matéria Copiar Link

https://www.cnnbrasil.com.br/wp-content/uploads/sites/12/2024/10/Jbs-Ep09-Seberi-Final-Digital-1.mp4 Histórias de Transformação

Rita Busatto, supervisora de produção, representa a nova geração de líderes femininas na JBS. Responsável por uma equipe de 55 colaboradores, Rita revela que a empresa tem cada vez mais mulheres nos cargos de liderança. "O exemplo da minha mãe me mostrou que eu também podia conquistar minhas coisas e é isso que estamos fazendo aqui", celebra.

Zenaide Busatto, mãe de Rita e produtora integrada da JBS desde 2019, é uma fonte de inspiração não só para a filha, mas também para a comunidade de Seberi. Sua dedicação ao trabalho no campo e seu papel ativo na produção rural destacam a importância da contribuição feminina na agricultura. Zenaide exemplifica o impacto positivo que as mulheres têm quando são apoiadas e empoderadas. "Hoje em dia, a mulher pode fazer qualquer coisa, ela pode fazer o que quiser", ressalta.

Dagmar Lilian de Moura é a supervisora de qualidade na nova fábrica de rações da JBS em Seberi, a mais moderna da América Latina. "Hoje desenvolvemos o Mulheres SuperAgro" – conta ela, que é coordenadora da iniciativa em Seberi – "O programa busca empoderar nossas produtoras rurais. Formamos 30 produtoras integradas no Rio Grande do Sul, com 7 delas só em Seberi. É gratificante fazer parte dessa transformação".

Impacto da JBS em Seberi

A JBS em Seberi emprega 2.220 pessoas diretamente, com mulheres ocupando 47% desses cargos. A ascensão das mulheres a posições de liderança aumentou de 8,5% em 2019 para 23% em 2023.

Pauline Bellaver, especialista de Sustentabilidade e responsável pela implementação do Mulheres SuperAgro na JBS, destaca o impacto profundo do programa. "O Mulheres SuperAgro se concentra em autoconhecimento, empreendedorismo, sustentabilidade e conhecimento técnico. Esse programa não apenas transformou a vida de muitas mulheres, tornando-as empreendedoras, mas também teve um impacto econômico significativo na região", explica.

Assista à série "Cidades em Movimento"

Descubra mais sobre essas histórias inspiradoras na série "Cidades em Movimento", apresentada pelo jornalista Carlos Tramontina.

Acompanhe todos os episódios – que serão lançados no decorrer do segundo semestre – na CNN ou no canal no YouTube e veja como a colaboração entre grandes empresas e comunidades locais pode transformar vidas e construir um amanhã melhor para todos.

A CNN BRASIL não se responsabiliza pelo conteúdo deste publieditorial e pelas informações sobre os produtos/serviços promovidos nesta publicação.

Tópicos Empoderamento igualdade de gênero JBS. Mulheres Sociedade

Aneel contesta na Justiça assinatura de transferência da Amazonas Energia para a Âmbar 10/18/2024 | BROADCAST.COM.BR/BRAZIL | Clique aqui para visualizar a notícia no navegador

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) contestou judicialmente a transferência de controle da Amazonas Energia para a Âmbar, empresa do grupo J&F, dos irmãos Joesley e Wesley Batista, com o argumento de possível invalidade nas assinaturas dos executivos no acordo. O horário de efetivação da assinatura do termo de transferência da Amazonas Energia, conforme a ação judicial, foi após 23h59 do dia 10 de outubro, quando a medida provisória publicada (MP) para a troca de controle da concessionária perdeu a validade. Porém, a "data de inclusão" das assinaturas ocorreu às 23h58.

Procurada, a Âmbar diz em nota que, "ainda que o prazo correto fosse o dia 10 de outubro, prevaleceria a assinatura da autoridade responsável pela aprovação, a Aneel, que ocorreu às 23:59:01" (leia mais abaixo a íntegra da nota da empresa).

Também procurada, a Amazonas Energia não se manifestou até a publicação desta reportagem.

"Apenas o diretor-geral da Aneel (Sandoval Feitosa) assinou o referido termo aditivo ainda em 10/10/2024. Os representantes da Amazonas Energia, da Futura Venture Capital Participação Ltda. e do Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura Milão de Responsabilidade Ilimitada (da Âmbar Energia) assinaram o termo aditivo somente em 11/10/2024, quando já havia expirado a eficácia da Medida Provisória nº 1.232", aponta o pedido obtido pelo Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.

Após a assinatura, a Âmbar informou no dia 11 de outubro, em nota, que o termo de transferência de controle da Amazonas Energia "dá a segurança jurídica necessária ao negócio, uma vez que a Âmbar só assumirá a distribuidora caso a decisão judicial que determinou a assinatura do termo seja estabilizada até 31 de dezembro".

A assinatura do termo foi baseada em decisão judicial que obrigou a transferência, prevendo flexibilizações que serão cobertas pela Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) - em aproximadamente R\$ 14 bilhões pelos próximos 15 anos. Além disso, haverá aporte de capital de R\$ 6,5 bilhões para a redução do endividamento da Amazonas Energia.

"Para que o ato de transferência do controle societário da Amazonas Energia, realizado por força de decisão judicial precária (liminar ou tutela de urgência) proferida neste processo, fosse considerado plenamente constituído, todas as assinaturas das partes envolvidas deveriam ter sido lançadas no respectivo termo aditivo até o final do dia 10/10/2024", afirma o pedido ajuizado pela Aneel, representada pela Advocacia-Geral da União (AGU). Registro da Mesa Diretora do Congresso Nacional de 13 de agosto afirma que a prorrogação do prazo para deliberação da MP tinha como "data final após prorrogação: 10/10/24".

A Aneel também pediu a condenação da Amazonas Energia por litigância de má-fé. Em agosto,o procurador-geral da Aneel, Raul Lisboa, já havia declarado que o órgão regulador buscava a condenação da Amazonas Energia em caso que envolve uma liminar da Justiça Federal no Amazonas. Na época, foi determinado o prazo de 72 horas para a Aneel regulamentar a MP 1.232/2024 - que flexibiliza normas regulatórias e viabiliza a venda da Amazonas Energia.

Aneel contesta na Justiça assinatura de transferência da Amazonas Energia para a Âmbar 10/18/2024 | BROADCAST.COM.BR/BRAZIL | Clique aqui para visualizar a notícia no navegador Continuação

A procuradoria da Aneel constatou que esse processo foi distribuído quatro vezes em um curto período. Isso foi entendido como uma forma da representação legal da concessionária tentar "escolher" o magistrado que julgaria a ação contra a Aneel.

O que diz a Âmbar

Em nota, a Âmbar Energia afirma que:

Todas as partes assinaram o termo de transferência de controle acionário da Amazonas Energia dentro do prazo de vigência da Medida Provisória 1.232/2024. A MP era válida até 11 de outubro de 2024, conforme a Constituição Federal, que prevê 120 dias a partir da data de publicação (13 de junho de 2024).

Ainda que o prazo correto fosse o dia 10 de outubro, prevaleceria a assinatura da autoridade responsável pela aprovação, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que ocorreu às 23:59:01.

Ademais, a Aneel disponibilizou o documento para a assinatura às 23:58:37 do dia 10 de outubro. Caso a tese da agência estivesse correta, estaria também configurada a má fé da própria Aneel, ao inviabilizar a assinatura por todas as partes até a meia noite. Registre-se que não acreditamos na má fé mas que se trate de mero desencontro de informações entre a diretoria geral que assinou o contrato e os procuradores da agência.

JBS expande tradição e inovação na SIAL Paris 2024 10/19/2024 | JORNALDEBRASILIA.COM.BR/BRASÍLIA | Clique aqui para visualizar a notícia no navegador

A JBS, uma das maiores empresas de alimentos do mundo, marca presença na SIAL Paris 2024, que acontece de 19 a 23 de outubro, no Parc des Expositions de Paris Nord Villepinte. Na edição que celebra os 60 anos da feira, a JBS vai expor seu amplo portfólio de produtos por meio das marcas Friboi e Seara, atendendo tanto ao mercado de varejo quanto ao de food service.

A Friboi, líder global na exportação de carne bovina, será um dos destaques no estande da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC), com uma área de 60m² dedicada à marca. Entre os produtos exibidos, estarão cortes de alta qualidade da linha 1953 Friboi, que utiliza matéria-prima de raças selecionadas. Com foco na tecnologia e na tradição, a Friboi se compromete a entregar produtos com mais marmoreio, maciez e suculência, atendendo a paladares exigentes. Os visitantes também poderão degustar pratos preparados com esses produtos, reforçando a experiência sensorial e de qualidade que a marca promove globalmente.

A Seara, outra gigante da JBS e presença em 90% dos lares brasileiros, também estará na SIAL Paris 2024, desta vez no estande da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA). A marca apresentará seu portfólio de produtos voltados para o mercado europeu, incluindo empanados premium, cortes de frangos in natura e opções como frangos inteiros e wings & chicken popcorn. Além dos produtos tradicionais, a Seara revela ao público sua nova identidade visual, que reflete os dez anos de crescimento e inovação da marca.

A evolução da identidade visual da Seara inclui um ícone mais moderno, embalagens mais limpas e a intensificação da cor laranja, que simboliza a conexão da marca com seus consumidores. O novo design das embalagens e da marca visa aumentar a visibilidade nas gôndolas e reforçar a imagem de qualidade e inovação que os consumidores já esperam.

A SIAL Paris é reconhecida como uma das maiores feiras alimentícias do mundo, reunindo expositores e visitantes de diversos países. A participação da JBS neste evento reforça sua liderança global e destaca sua capacidade de inovar ao mesmo tempo em que mantém a tradição.

O magnata brasileiro da carne Marcos Molina tentou por mais de uma década replicar seu bem-sucedido manual para os bois no mercado de rápido crescimento de frango. Graças a um momento de impecável sorte e a um plano de recuperação perspicaz, ele parece ter finalmente conseguido.

Desde que a Marfrig de Molina assumiu o controle da rival BRF - em movimento que deu à produtora de hambúrguer bovino número 1 do mundo a propriedade de um dos principais fornecedores de frango -, a companhia de aves teve uma recuperação marcante.

A empresa voltou a lucrar no fim do ano passado após sete trimestres no vermelho com corte em linhas de produtos de baixo desempenho e aumento da produtividade de fábrica. As ações apresentam o segundo melhor desempenho do Ibovespa neste ano.

A BRF (BRFS3), que está por trás de mais de um em cada quatro frangos exportados do Brasil, está inclusive discutindo pagar dividendos novamente em novembro, após oito anos de "seca.

As ações da BRF mais que dobraram de valor nos últimos 12 meses, superando a valorização de pares globais como JBS (JBSS3) e Tyson Foods. Graças à BRF, a participação de 66% da família Molina na controladora Marfrig agora vale cerca de R\$ 8,1 bilhões, ante cerca de R\$ 4,2 bilhões há um ano.

"Acredito que existe uma confiança maior no modelo de gestão da BRF com o Molina", disse Rafael Oliveira, gestor de ações da Kinea Investimentos. "E ele se cercou de boas pessoas, entre elas o Miguel Gularte", em referência ao CEO escolhido a dedo. "Se não fosse pela nova gestão, nós achamos que a BRF estaria se beneficiando do ciclo bem menos."

Ainda assim, é difícil negar que o acordo que coincide com uma melhora notável no mercado global de frango também oferece um vento favorável valioso.

Se o frango não estivesse com um desempenho tão positivo, "talvez fosse até mais fácil de visualizar o trabalho que ele tem feito dentro da BRF", disse o analista da XP Leonardo Alencar sobre Gularte. "Não podemos separar uma coisa da outra."

A BRF marca um raro sucesso de M&A em frango para a Marfrig (MRFG3) de Molina, que foi forçada a abandonar uma série de tentativas anteriores de diversificação em aves sem que os investimentos tivessem a chance de se pagar totalmente.

No período de cerca de uma década, a Marfrig comprou e revendeu a produtora de aves do Reino Unido Moy Park, a empresa brasileira de alimentos Seara Foods e a Keystone Foods, com sede nos Estados Unidos, conhecida principalmente por seus nuggets de frango.

Observadores do setor dizem que as jogadas abortadas anteriormente em aves ocorreram em um momento em que a indústria parecia perseguir escala a qualquer custo.

Cada compra aumentou as crescentes obrigações de dívida da Marfrig, com a empresa sendo nomeada

Marcos Molina recupera a BRF e doma o mercado de frango após anos de tentativas 10/18/2024 | BLOOMBERG LÍNEA/AMÉRICA LATINA | Clique aqui para visualizar a notícia no navegador Continuação

no início da década de 2010 como o frigorífico mais endividado das Américas.

Molina "tomou decisões no passado em que ele teve que vender a jóia da coroa para poder se manter vivo. Mas eu entendo que ele amadureceu bem nesse sentido", disse o gestor de fundos Oliveira, que detém pouco menos de 100.000 ações da BRF, de acordo com os últimos registros.

Após as tentativas anteriores, Molina ainda queria dar outra chance ao frango.

Os menores custos trabalhistas do Brasil, as políticas governamentais pró-exportação e o suprimento abundante de milho dão aos frigoríficos brasileiros uma vantagem estrutural global, conforme observadores do mercado.

O empresário voltou sua atenção para a BRF, que tinha acabado de superar um escândalo de segurança alimentar em 2017. Em maio de 2021, a Marfrig divulgou a compra de uma participação minoritária na BRF. Grande parte das ações compradas desde então foi adquirida a preços de pechincha.

No ano seguinte, Molina foi nomeado presidente do conselho.

Ele logo alçou um alto executivo da Marfrig, Gularte, como o novo CEO da BRF - o sétimo da empresa em cerca de dez anos.

Inicialmente chamado de "o cara da carne" por analistas, Gularte introduziu um programa de eficiência com o objetivo de economizar centenas de milhões de dólares por ano, incluindo melhor gerenciamento de estoque para evitar grandes descontos à medida que os produtos se aproximavam de suas datas de validade.

A nova administração também expandiu a participação da marca Sadia no mercado halal, garantiu mais licenças de exportação e levantou fundos, incluindo do fundo saudita Salic, agora o segundo maior acionista.

"Molina trouxe coesão entre o conselho de administração e a diretoria da BRF e hoje há uma clareza de propósito", disse Pedro de Camargo Neto, um membro independente do conselho da BRF. "Se Molina não tivesse entrado, era uma empresa que caminhava para a falência."

A ascensão global do frango também desempenhou um grande papel nas vitórias recentes da BRF.

A carne de aves tem aumentado sua liderança sobre a carne bovina e representou 39% do consumo de proteína em 2023, segundo dados da OCDE.

E está a caminho de continuar a ganhar popularidade, graças ao seu menor preço, à versatilidade e ao apelo saudável em comparação com outras carnes. Os baixos custos de ração para frango e a oferta restrita de gado bovino aumentaram ainda mais o abismo entre os dois.

Marcos Molina recupera a BRF e doma o mercado de frango após anos de tentativas 10/18/2024 | BLOOMBERG LÍNEA/AMÉRICA LATINA | Clique aqui para visualizar a notícia no navegador Continuação

"Estamos em um ciclo muito positivo para o frango, não só no Brasil mas também nos Estados Unidos", disse Renata Cabral, analista do Citi. Entre preços mais baixos de grãos, demanda crescente e velocidade com que um produtor consegue criar e abater um frango, "essa é basicamente a receita para o sucesso".

A questão agora é para onde a BRF vai a partir daqui.

"Nestes últimos dois anos, a companhia precisava muito se reorganizar e performar. Agora vamos prestar mais atenção ao crescimento", disse o CFO da BRF, Fabio Mariano.

"A partir do ano que vem, vamos acelerar o crescimento tanto no Brasil quanto nas exportações. Vamos nos posicionar em mercados em que acreditamos que temos as maiores oportunidades de demanda, analisando os hábitos do consumidor, como o Brasil, o Oriente Médio e a própria Arábia Saudita."

A terceira fase do plano de eficiência da empresa, atualmente em elaboração e prevista para o ano que vem, deve trazer mais de R\$ 1 bilhão em economia até 2025, disse Gularte em entrevista.

A empresa divulgará o balanço do terceiro trimestre em novembro. Analistas prevêem um quarto lucro consecutivo, embora os números de 2025 sejam vistos como um pouco menores do que os deste ano.

O caminho do novo CEO é claro, especialmente depois de ter feito isso primeiro na Marfrig: eficiência operacional e foco em exportações, disse Alencar, da XP. "Se ele fizer a mesma coisa na BRF, já tem um 'roteirinho' aí."

Goldman Sachs inicia cobertura da Marfrig com compra 10/18/2024 | PIPELINE/VALOR ECONÔMICO ONLINE | Clique aqui para visualizar a notícia no navegador

Os próximos 18 meses serão decisivos para a Marfrig. Com a retomada da distribuição de dividendos pela BRF, da qual é controladora, a conclusão da venda de ativos para a Minerva e a melhora do ciclo de carne bovina nos Estados Unidos, a alavancagem financeira deve ser reduzida nesse período, o que deve ser um impulsionador para o preço da sua ação, acreditam os analistas do Goldman Sachs.

O banco americano acabou de iniciar a cobertura do papel, com recomendação de compra. A estimativa de preço-alvo, de R\$ 18,10, representa potencial valorização de 31,8% para o papel em relação ao fechamento de ontem. No pregão de hoje, a ação reagia em alta. Por volta das 12h30, subia 6,34%, negociada a R\$ 14,60.

Veja Mais

Com os recursos da venda de ativos para o Minerva, a relação entre dívida líquida e Ebitda da Marfrig deve cair de 3,4 vezes para 2,5 vezes, estima o banco. A transação, que envolve fábricas de abate e desossa e um centro de distribuição, localizadas no Brasil, Chile e Argentina, foi aprovada pelo Cade com restrição para a planta de Pirenópolis, no interior de Goiás, que está fechada desde 2010 e que a Marfrig informou que não tem planos de reabrir. A expectativa, segundo a companhia, é que a venda seja concluída até o fim de outubro.

O banco também espera um fluxo positivo de caixa para a operação da National Beef nos EUA, que deve continuar distribuindo dividendos em 2025 e 2026. O Goldman Sachs identificou que os preços do gado nos EUA são 26% superiores à média de 34 anos, em termos reais.

"Seguindo os padrões e a sazonalidade do período de ajuste de preços mais acentuado, os custos do gado poderão deteriorar-se, em média, 3,4% nos próximos 12 meses contra os níveis atuais, em termos reais", diz o banco. "Normalmente, os pecuaristas levam 39 meses para renovar seu rebanho bovino, um período que é significativamente maior do que os 9 a 20 meses para frango e suíno, tornando os frigoríficos de carne bovina significativamente mais expostos a ciclos de retenção e liquidação."

No Brasil, a boa disponibilidade de animais garante uma boa negociação de preços, enquanto a companhia tem conseguido ampliar a penetração de produtos de maior valor agregado para 40% a 50% do portfólio doméstico.

A alta de 47% da ação neste ano, na avaliação do banco, foi impulsionada pela BRF, que deve voltar a distribuir dividendos em 2024 e 2025, enquanto o segmento de carne bovina teve uma desvalorização de 34% desde 2022 por causa de preocupações contínuas com a carne bovina nos Estados Unidos e com o balanço, principalmente com a alta alavancagem financeira.

Apesar da alta, a Marfrig negocia no piso da faixa dos múltiplos dos pares globais, a 4,3 vezes o Ebitda projetado para 12 meses.

O banco ainda vê potencial de alta adicional por parte de movimentos do controlador da companhia, Marcos Molina, como a recompra de ações ou mudanças na fatia que o Marfrig possui na BRF, que está em 50,49%.

A Âmbar Energia, empresa do grupo J&F, informou nesta 6ª feira (18.out.2024) que todas as partes assinaram o termo de transferência de controle acionário da Amazonas Energia dentro do prazo estipulado pela MP (Medida Provisória) 1.232 de 2024, que regulamenta a transação.

Na 5ª feira (17.out), a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) entrou com uma ação judicial para contestar a venda da concessionária. Argumentou que as assinaturas foram feitas depois da meia-noite do dia 10 de outubro, ultrapassando o prazo. Em nota, a Âmbar afirmou que a medida era válida até 11 de outubro, uma vez que, apesar de editada em 12 de junho, foi publicada no DOU (Diário Oficial da União) em 13 de junho.

A Ámbar ainda afirma que, caso a tese da agência estivesse correta, a judicialização configuraria "má fé" da empresa, porque o documento foi disponibilizado para a assinatura às 23h58min37seg. A empresa, no entanto, diz acreditar que não é o caso. Leia a íntegra da nota mais abaixo.

Na ação ajuizada no TJ-AM (Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas), a Procuradoria Federal informou que, para a venda ser válida, todas as assinaturas deveriam ter sido colhidas até o final do dia 10 de outubro. No entanto, apenas o diretor da Aneel, Sandoval Feitosa, assinou o documento no prazo. Os representantes da Âmbar, Marcelo Zanatta e Marcos Ferreira Costa, assinaram à meia-noite e às 1h15min. Já Orsine Oliveira e Márcio Zimmermann, da Amazonas Energia, assinaram às 0h03min e 0h15min, respectivamente.

Segundo a Aneel, essa situação implica que a venda perdeu os benefícios conferidos pela Medida Provisória. A agência também sugere que, ao assinarem fora do prazo, as empresas podem ter desistido ou renunciado ao que haviam solicitado originalmente. Leia a íntegra da contestação (PDF – 160 kB).

"Para que o ato de transferência do controle societário da Amazonas Energia, realizado por decisão judicial precária (liminar ou tutela de urgência), fosse considerado válido, todas as assinaturas deveriam ser lançadas no termo aditivo até o final do dia 10 de outubro de 2024. Contudo, conforme registrado no Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Serviço de Distribuição de Energia Elétrica nº 01/2019 e nas observações do MEMORANDO Nº 318/2024–SCE/ANEEL, apenas o Diretor-Geral da ANEEL assinou o termo aditivo em 10 de outubro de 2024", diz.

Leia a íntegra da nota da Âmbar Energia:

"Todas as partes assinaram o termo de transferência de controle acionário da Amazonas Energia dentro do prazo de vigência da Medida Provisória 1.232/2024. A MP era válida até 11 de outubro de 2024, conforme a Constituição Federal, que prevê 120 dias a partir da data de publicação (13 de junho de 2024).

"Ainda que o prazo correto fosse o dia 10 de outubro, prevaleceria a assinatura da autoridade responsável pela aprovação, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que ocorreu às 23:59:01.

"Ademais, a Aneel disponibilizou o documento para a assinatura às 23:58:37 do dia 10 de outubro. Caso a tese da agência estivesse correta, estaria também configurada a má fé da própria Aneel, ao inviabilizar a assinatura por todas as partes até a meia noite. Registre-se que não acreditamos na má fé mas que se trate de mero desencontro de informações entre a diretoria geral que assinou o contrato e os procuradores da agência."

Entenda o caso da Amazonas Energia

A Amazonas Energia é a concessionária de distribuição no Estado do Norte. Desde antes da sua venda, em 2018, da Eletrobras para a Oliveira Energia, já apresentava um elevado nível de endividamento e inadimplência com obrigações setoriais. Em novembro de 2023, a Aneel recomendou ao governo a extinção (caducidade) da concessão.

Âmbar Energia diz que cumpriu prazos da venda da Amazonas Energia 10/18/2024 | PODER 360/BRASÍLIA | Clique aqui para visualizar a notícia no navegador Continuação

A situação de insustentabilidade da Amazonas Energia perdura por décadas, acumulando perdas de mais de R\$ 30 bilhões em 20 anos. Só com as térmicas da Eletrobras Eletronorte que forneciam para a distribuidora –e que também foram vendidas para o grupo J&F–, a dívida ultrapassa R\$ 10 bilhões.

Além de problemas antigos da distribuidora, o Amazonas enfrenta um problema sério com os furtos de energia. Como mostrou o Poder360, a taxa de perdas não técnicas, os chamados "gatos", supera o volume de fornecimento para todo o mercado de baixa tensão no Estado.

Quando foi privatizada, em 2018, o governo deu à nova gestão da Amazonas 5 anos de prazo para colocar a concessão de pé. Nesse período, as principais metas regulatórias exigidas da distribuidora foram flexibilizadas, evitando penalidades e garantindo a operação. No entanto, o prazo acabou em maio deste ano e a situação, em vez de melhorar, piorou.

A transferência do controle, a preço simbólico e com regras mais flexíveis, foi a alternativa mais viável encontrada pelo governo federal para salvar o serviço de distribuição de energia no Amazonas. As alternativas, que seriam a caducidade da concessão ou intervenção na empresa, trariam elevados custos para os cofres públicos e para as contas de luz.

Em 13 de junho, o governo publicou a MP 1.232 de 2024. Estipulou a possibilidade de transferência do controle acionário como alternativa à caducidade (cassação) da concessão da distribuidora, recomendada pela Aneel em 2023. Como a MP não foi votada pelo Congresso perdeu a validade em 11 de outubro.

Depois da BRF, chegou a hora da carne na Marfrig: Goldman Sachs recomenda compra 10/18/2024 | THE AGRIBIZ | Clique aqui para visualizar a notícia no navegador

As ações da Marfrig subiram cerca de 40% este ano — graças exclusivamente ao desempenho da BRF, sua controlada, que viu o seu papel disparar mais de 70% no mesmo período. Mas, para o Goldman Sachs, isso deve mudar nos próximos 18 meses.

No relatório inaugural de cobertura da empresa, o banco recomenda compra do papel, com um potencial de alta de 32% em relação ao fechamento de quinta-feira. Nesta sexta, as ações da Marfrig reagiram à recomendação e fecharam em alta de 6%.

Clique aqui para receber The AgriBiz no WhatsApp

A conclusão da venda de ativos para a Minerva abre caminho para a desalavancagem da empresa, que deve cair para 2,5 vezes após o recebimento dos recursos pela venda de ativos ao Minerva, nos cálculos do Goldman. Ao final de setembro, o índice estava em 3,4 vezes.

Em entrevista ao The AgriBiz no mês passado, o vice-presidente de finanças da Marfrig, Tang David, disse que, após a conclusão do pagamento pela Minerva, a alavancagem cairia para cerca de 3 vezes.

Os analistas Thiago Bortoluci e Nicolas Sussmann, do Goldman Sachs, também destacam no relatório o crescimento da participação de industrializados na receita da Marfrig na América do Sul, uma outra consequência da venda de frigoríficos para a Minerva e de investimentos recentes da empresa. Por fim, os custos mais baixos com gado no Brasil devem continuar beneficiando os resultados.

Cash Cow

O Goldman também está mais otimista em relação aos negócios nos Estados Unidos. Mesmo em meio ao cenário desafiador para a carne bovina, a National Beef, controlada da Marfrig naquele país, deve apresentar Ebitda positivo e fluxo de caixa livre, além de continuar distribuindo dividendos nos próximos dois anos.

"A National Beef é uma cash cow apesar do ciclo do gado", resumem os analistas.

O banco também afirma que há sinais de que os pecuaristas norte-americanos começaram a recompor os seus rebanhos após um período marcado pela liquidação de matrizes — o que resulta em preços de gado 26% maiores do que a média dos últimos 34 anos, em termos reais.

A nova Marfrig: menos dívida, mais margem

Uma análise realizada pelo Goldman Sachs sobre a pecuária nos EUA mostra que os últimos ciclos de retenção foram influenciados não apenas pela oferta de fêmeas no mercado, mas também pelos custos mais baixos dos grãos, clima favorável e taxas de juros atrativas.

"Dados recentes da indústria sugerem que esse movimento tem sido mais proeminente desde julho de 2024 (apesar de ainda ser bastante volátil, como observado no final de setembro), o que implica que, mantendo-se todas as outras condições, a oferta de gado poderia potencialmente se tornar positiva até meados de 2027", diz o relatório.

Um estudo de sazonalidade dos preços indica que os custos com gado devem cair em média 3,4% nos próximos 12 meses em comparação com os níveis atuais nos EUA.

Desconto injustificado

Os analistas do Goldman estimam que, excluindo a BRF, a Marfrig atualmente é negociada em 4,3 vezes o Ebitda projetado para os próximos 12 meses, o que implica em um desconto de 16% em relação ao valor médio desde abril de 2021 — um nível ainda mais baixo em comparação com outros players focados exclusivamente em commodities, apesar de ter 78% de exposição a produtos de valor agregado e de marca.

"Em nossa opinião, a magnitude desse desconto é injustificada, pois penaliza excessivamente tanto as unidades de negócios da América do Norte como da América do Sul", concluem os analistas.

Caso Americanas: CVM acusa oito ex-executivos da empresa de insider trading 10/18/2024 | BLOGS-O GLOBO | Clique aqui para visualizar a notícia no navegador

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) concluiu o primeiro inquérito sobre o caso Americanas e acusou de uso de informação privilegiada ("insider trading") oito dos principais gestores da varejista que entrou em recuperação judicial em janeiro de 2023, após reconhecer fraudes contábeis avaliadas em R\$ 25,7 bilhões.

De acordo com informação tornada pública nesta sexta-feira, oito executivos da Americanas são acusados de insider trading e estão sendo citados para apresentar sua defesa: o ex-CEO, Miguel Gutierrez, a diretora do braço digital da companhia, Anna Christina Ramos Saicali; e os diretores Marcio Cruz Meirelles, José Timotheo de Barros, Fabio da Silva Abrate, Marcelo da Silva Nunes, João Guerra Duarte Neto e Fellipe Arantes Lourenço Bernardazzi.

A investigação é resultado do trabalho de uma força tarefa que ainda trabalha em outros dois inquéritos administrativos (investigações); dois processos administrativos sancionadores (onde há acusações formuladas) e dez processos administrativos (procedimentos de análise informacional).

Além dessas, outras 20 investigações já foram concluídas na CVM, uma com um acordo entre a autarquia e os executivos que anunciaram o balanço com o que foi chamado inicialmente de "inconsistências contábeis": Sergio Rial, João Guerra Neto e Camile Loyo. As outras 19 tiveram fins diversos: ou não encontraram irregularidades, ou foram apensadas às que já existiam.

Os ex-diretores citados pela CVM também estão sendo investigados pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal.

Conforme informou O GLOBO, onze executivos venderam R\$ 258 milhões em ações da Americanas entre julho de 2022 e janeiro de 2023, o que o MPF também classificou como uso de informação privilegiada, segundo o Ministério Público Federal (MPF).

Só Gutierrez vendeu R\$ 158,5 milhões em ações desde que soube que seria trocado do posto de CEO, em julho de 2022, até janeiro de 2023, quando a companhia revelou ao mercado a descoberta do rombo contábil de R\$ 20 bilhões.

Já a ex-diretora da Americanas Anna Christina Ramos Saicalli recebeu R\$ 57,8 milhões por seus papéis entre julho de 2022 até janeiro de 2023. O MPF classifica como "movimentação totalmente atípica" a ofensiva dos dois na venda de ações.

Apontado como o responsável por coordenar a equipe de tecnologia de informação na missão de "esconder as provas das fraudes", João Guerra Duarte – ex-diretor-executivo de tecnologia de informação da Americanas – vendeu todas as ações, no valor de R\$ 3,8 milhões nessa mesma época.

Segundo a Polícia Federal, os executivos perceberam que a saída de Gutierrez e a chegada de Sergio Rial "levaria ao desbaratamento da fraude bilionária nas finanças das companhias" e, por conta disso, "iniciaram um forte processo de venda de ações, a fim de vendê-las por preço acima do que seria avaliado pelo mercado após a divulgação da fraude".

O crime é definido na lei como "utilizar informação relevante de que tenha conhecimento, ainda não divulgada ao mercado, que seja capaz de propiciar, para si ou para outrem, vantagem indevida, mediante negociação, em nome próprio ou de terceiros, de valores mobiliários".

A pena prevista é de 1 a 5 anos de prisão, além da aplicação de multa de até 3 vezes o valor do lucro obtido na transação criminosa. A punição ainda pode ser aumentada em se quem cometer o crime valeuse de "informação relevante de que tenha conhecimento e da qual deva manter sigilo".

O objetivo dos executivos era se antecipar à comunicação oficial do mercado feita pela nova gestão da Americanas, que levou a um derretimento no preço das ações. No dia seguinte ao comunicado, as ações da empresa despencaram quase 80% na Bolsa de Valores.

Caso Americanas: CVM acusa oito ex-executivos da empresa de insider trading 10/18/2024 | BLOGS-O GLOBO | Clique aqui para visualizar a notícia no navegador Continuação

Esta matéria está em atualização.

Notas e Informações __A3

Enel, uma vilã muito conveniente

NOTAS E INFORMAÇÕES

Enel, uma vilã muito conveniente



É fácil culpar distribuidora pelo apagão. Mais difícil é reconhecer que a empresa cumpre os termos do contrato de concessão e que o poder público precisa assumir suas responsabilidades

o meio da guerra política que se instalou após o apagão que atingiu a Região Metropolitana de São Paulo na semana passada, a Enel São Paulo é quem está na posição mais confortável. A despeito da injustificável demora em restabelecer o fornecimento de energia e dos prejuízos causados a milhões de consumidores, a distribuidora afirma, com muita segurança, que tem cumprido à risca os termos do contrato de concessão. E o pior é que a empresa aparentemente tem

Alguns dos principais indicadores monitorados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) ao fiscalizar as distribuidoras são os índices de duração das interrupções no fornecimento de eletricidade e a frequência com que esses episódios ocorrem na área de concessão atendida. A Enel-SP, de fato, foi razoavelmente bem nesses indicadores nos últimos anos e, no mais recente ranking de desempenho global de continuidade divulgado pelo órgão regulador, embora ocupasse um modesto 21.º lugar dentre as 29 maiores empresas, figurava com avaliação aceitável.

Não é a primeira vez que a atuação de uma empresa do grupo italiano é contestada pelas autoridades, mas o resultado dessa pressão tem sido controverso. A Enel era dona da distribuidora de Goiás, mas, criticada sistematicamente pelo governador Ronaldo Caiado, acaboupor vendê-la, em 2022, para a Equatorial Energia, grupo cuja atuação é elogiada no setor elétrico. Sob nova direção, a Equatorial Goiás se tornou a última doranking da Aneel – o que, no mínimo, sugere que os desafios da concessão eram maiores do que se imaginava.

É possível rescindir um contrato de concessão, mas se trata de uma sanção grave, que precisa ter amparo em um processo conduzido pela Aneel de maneira técnica, com respeito aos contratos, segurança jurídica e direito de defesa às empresas. A Aneel até já recomendou a caducidade para empresas que não prestavam serviços de qualidade e que estavam em dificuldades financeiras, mas o Ministério de Minas e Energia, a quem cabe a decisão final, jamais a adotou.

Para ficar no exemplo mais recente, foi exatamente o que a Aneel sugeriu ao ministro Alexandre Silveira que fosse feito com a Amazonas Energia. Silveira, no entanto, ignorou a recomendação. Preferiu uma alternativa – a troca de controle societário – e editou uma medida provisória para transferir a distribuidora, sem licitação, para a Âmbar, empresa do Grupo J&F, dos irmãos Joesley e Wesley Batista.

Em plena campanha eleitoral, é fácil para o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, culpar a Enel-SP pelos transtornos causados a milhões de paulistanos. Mais difícil é explicar por que não cumpre sua competência municipal e esclarece por que havia, no primeiro semestre deste ano, uma fila de quase 14 mil pedidos de poda e remoção de árvores pendentes – muitas das quais derrubaram postes e fiação na semana passada.

É inaceitável que consumidores passem dias sem energia elétrica em suas casas, mas também é fato que o contrato de concessão não estabelece um prazo para o restabelecimento do serviço em casos de interrupção involuntária. Blecautes decorrentes de situações de emergência e/ou calamidade são expurgados do cálculo dos indicadores de qualidade monitorados pela Aneel para aferir a atuação da distribuidora, exatamente porque são imprevisíveis.

Soluções intempestivas e populistas não resolverão o problema do consumidor. Se as autoridades querem que a Enel-SP tenha equipes de prontidão para o atendimento de casos extremos e não recorrentes relacionados a mudanças climáticas ou enterre toda a fiação aérea, devem preparar os paulistanos para pagar contas de luz ainda mais caras.

O apagão deve ser ocasião para discutir formas de aprimorar o contrato de concessão de distribuidoras por meio de incentivos econômicos que ampliem a resiliência das redes e garantam mais agilidade no restabelecimento do serviço. Isso precisa ser feito com cautela, em debate que discuta o custo-benefício dessas medidas, e sem politicagem barata, expediente que causa muito barulho e terceiriza responsabilidades, mas que não impede que episódios como esse voltem a acontecer.

Morre Peter Rodenbeck, empresário que trouxe Mc Donald's, Outback e Starbucks ao Brasil 10/18/2024 | FOLHA DE S.PAULO ONLINE/SÃO PAULO | Clique aqui para visualizar a notícia no navegador

Morreu nesta sexta-feira (18), aos 85 anos, o empresário Peter Rodenbeck, em decorrência de um câncer. Americano naturalizado no Brasil, ele residia em São Paulo e foi responsável por trazer as franquias Mc Donald's, Outback e Starbucks ao país.

A informação foi confirmada pela Bloomin' Brands, grupo que detém as marcas Outback Steakhouse, Abbraccio e Aussie, no qual Rodenbeck atuava como conselheiro.

Rodenbeck iniciou sua história no Brasil em 1979, quando, junto do também americano Gregory Ryan, morto aos 66 anos em 2017, trouxe o McDonald's para o país. Ele atuou na franquia por quase 20 anos.

Em 1996, se uniu a Salim Maroun e Giancarlo Zanolini para trazer o Outback Steakhouse para o Brasil. Uma década depois, em 2006, ele e a esposa Maria Luisa Rodenbeck encabeçaram a vinda de uma nova franquia ao país, o Starbucks.

Pouco tempo depois da inauguração da rede de cafeterias, em 2007, Maria Luisa morreu em um acidente de carro no Rio de Janeiro, aos 49 anos. Na época do acidente, ela atuava como diretora-executiva do Starbucks no Brasil e havia recém-retornado de uma viagem à Austrália com Rodenbeck, que havia recebido o prêmio da rede Outback como o melhor operador internacional da marca.

Um ano depois do acidente ele disse à Folha que ainda usava a aliança de casamento dele e carregava a de Maria Luisa na carteira.

AdChoices

ADVERTISING

Descrito como um empresário visionário e comprometido, ele afirmou à época que mantinha o legado de Maria Luisa nos negócios. "Se eu pensei em algum momento em desistir do projeto [do Starbucks]? Não. Ainda mais depois do acidente, o compromisso cresceu, pessoalmente", disse.

Nascido na cidade de Mount Pleasant, no estado de Michigan nos Estados Unidos, Rodenbeck era formado em administração bancária, finanças e contabilidade pela Stern School, na New York University, e em administração de saúde e tecnologia de informações pela Harvard Extension School.

Em nota, a Bloomin' Brands disse que Rodenbeck "inspirou uma legião de empreendedores em todo Brasil, além dos sócios e colaboradores de todos os restaurantes das marcas por onde passou, como exemplo de determinação, honestidade e generosidade" e afirmou que seu legado "viverá em cada uma das marcas que ajudou a implantar" no país.

que o vício em jogos deve ter um tratamento semelhante ao aplicado em quem de tem dependência de álcool ou drogas no mesmo caminho que fez a ministrar nísia trindade em reunião fechada com o presidente lula ela usou isso como argumento também no supremo então luísa foi estar na batalha pra você uribe clarissa pedro todos que estão conosco nesta sexta-feira é a tainá na verdade essa nota não é assinada propriamente pela ministra da saúde é uma nota técnica da secretaria de atenção é para que vou pegar o nome o nome direitinho da secretaria de atenção especializada a saúde foi enviado no âmbito das ações que tramitam contra essa questão da da lei das bets no supremo tribunal federal lá sobre a sob a relatoria desculpa do ministro luiz fux e é o que o que diz a nota técnica é o seguinte o tratamento que é ofertado hoje alcoólatras dependentes químicos pode ser semelhante ao que é o que ao que pode ser ofertado também a quem apresentar essa condição de vício em jogos né a secretaria coloca nesse documento tainá e uribe que é todas as unidades do sistema único de saúde voltadas à atenção pra saúde mental já estão capacitadas inclusive pra é recebendo é acolher pessoas que podem ter problemas com jogos e oferecer o tratamento adequado mas apontam ali uma necessidade de que todas essas unidades sem exceção e ser colocado nesse ofício é ser tenho ali um fortalecimento desse tipo de atendimento né tanto em relação ao acolhimento quanto a oferta é em relação à oferta do tratamento especializado adequado o que também é e se esse documento fala é que há uma relação direta entre sofrimento mental e comportamento de jogo compulsivo isso pelas duas vias é uma pessoa pode desenvolver um problema de saúde mental em decorrência dos jogos

os né do mercado de apostas ou então esse vício nos jogos pode agravar uma condição hei de saúde mental pré-existente então acho essas duas possibilidades que o ministério da saúde coloca nesse nesse documento é também colocam parnaíba oribe que esse fenômeno do vício em jogos já é descrito na literatura especializada lê literatura científica e médica há muitas décadas mas que o fenômeno da internet é popularizou de fato esse mercado de apostas na fez crescer ali a questão do vício e que isso redimensionou o problema então que é preciso realmente fazer é um não colocar ali mais atenção a esse caso então eles colocam isso né falam ali que vão indicar um representante do ministério da saúde para participar das audiências públicas que vão acontecer no dia onze de novembro chamadas ali pelo ministro luiz fux pra tentar entender o fenômeno sob sob diversas diversos aspectos né e esse da saúde mental é um dos mais importantes o próprio tribunal de contas da união também tem esse eixo como um eixo de preocupação o levantamento sobre o impacto que o mercado de apostas tem gerado pra saúde mental de quem tem é se envolvido demais né e e apresentado em um comportamento compulsivo em relação às apostas é um dado interessante que é colocado também nesse ofício é o seguinte fala que dois mil e dois mil municípios brasileiros têm pelo menos uma unidade da rede de atenção psicossocial funcionando e apta a ir a receber né pessoas que precisem eventualmente de tratamento pela rede pública de saúde então é um panorama e que a secretaria traça afirmando que o tratamento deve ser equivalente ao que é ofertado a quem tem vício em drogas ou álcool mas coloca ali também a necessidade de fortalecimento das unidades para atender especificamente este tipo de demanda pelo menos lavação discussão causou um efeito colateral muito drástico no congresso nacional se discutia antes do recesso parlamentar a questão do pl das apostas quero pl dos jogos de azar para regularizar cassino para regularizar bingo para regularizar jogo do bicho observa que essa discussão sobre o vício fez com que até o senadores que defende uma proposta pisar no freio prestasse vão deixar esperando que vem que a polêmica já tão grande em relação aos betos causou uma nova polêmica agora pode ser ruim pra imagem inclusive do governo se tem visto que colocar um freio então e outros projetos sobre jogos de azar é desde que surgiu aquele número do banco central mostrando o número de pessoas que

Ministério da saúde compara vício em bets com álcool e drogas 10/18/2024 | BASTIDORES CNN/CNN BRASIL/SÃO PAULO | Clique aqui para visualizar a notícia no navegador Continuação

utilizavam recursos é a de programas sociais para apostar e o número de dependentes em jogos a água o vento mudou em relação às propostas de legalização dos jogos de azar mas ainda assim quem defende os cassinos avalia disse que é um outro modelo de negócio é modelo de negócio que gera renda que ajuda na comunidade local que gera empregos enfim gera receita paga impostos ajuda no turismo e também tem muito mais facilidade de controle pelo governo do que os jogos feitos online porque os jogos das bettys elas são praticamente como cassinos que cabem dentro do bolso e agora a gente vê que tem toda uma preocupação entre ter um tratamento pra esse tipo de jogo similar àqueles a dados por exemplo um cigarro a bebida que são legalizados no brasil mas com uma série de restrições uma série de avisos no que se refere ao no campo político com certeza aquela frente parlamentar prova é legalização dos jogos ela perdeu força e vive um momento ali contra a corrente para tentar avançar nas propostas em relação aos cassinos no brasil mas essa proposta específica de legalização dos cassinos eventualmente do jogo do bicho ela tem uma retaguarda que vai além da das empresas que têm que vão lucrar com esse negócio são pessoas que trabalham com turismo pessoas que trabalham com o setor de investimentos que avalia o que poderia ser bom pro brasil ter a legalização dos cassinos clarissa oliveira quero te ouvir também sobre por quanto tempo ainda a gente vai ouvir essa discussão acontecer lembrando gente que há uma regulamentação em curso promovida pelo ministério da fazenda em conjunto com o ministério do esporte diversas portarias já foram publicadas e aí veio esse alerta social no governo uma implicação que agora obriga o governo a se posicionar tomar alguma atitude em relação ao assunto lula já chegou a falar em acabar com as bettys ou seja em proibi-las de atuar no brasil na mesma linha do que sugeriu o ministro da casa civil rui costa na reunião fechada que tiveram os ministros envolvidos no assunto fato é clarissa que o supremo tribunal federal ainda precisa também se posicionar me parece que o governo está aguardando uma decisão do supremo boa tarde pra você thainá boa tarde pra luíza pro pedro pro uribe pra todo mundo que tá com a gente é que hoje

a colocando pra gente o governo federal está avançando ele próprio em muitas das regulamentações que podem ajudar a resolver o que ele entende o que é o real problema para o governo federal por conta do avanço das vestes tem a questão de saúde pública claro que está sendo tratada por várias instâncias mas tem um componente político o governo está muito preocupado com o impacto que as bets podem ter em todo projeto eleitoral mesmo do pt para dois mil e vinte e seis porque quando se injeta dinheiro nos programas sociais e esse dinheiro vai pelo ralo é existe aí uma consequência para a popularidade do governo para a capacidade do governo federal de conquistar de reter um determinado eleitor que se beneficia destes programas e a gente não pode esquecer que o governo lula tem ali no programa bolsa família a sua principal marca na área social então tem um ponto a irritar é incomodando muito do ponto de vista político para resolver esta questão vai vira e a restrição ao uso do cartão do bolsa família pra é a compra de créditos em bétis isso por si só já vai ser um componente interessante pelo governo federal para resolver essa questão política mas tem outros é desdobramentos de outros critérios que acabou impactando muito na decisão de instâncias políticas em geral não só o executivo mas também congresso e judiciário para tratar desta questão do jogo de azar no brasil eu gostaria de retomar um pouquinho assunto que o pessoal falando agora pra gente fazer uma distinção bastante significativa entre as beth e a liberação dos jogos de azar em geral principalmente com a autorização próprio funcionamento de cassinos por exemplo o componente turístico é muito grande a capacidade de movimentar a economia para liberação de jogos tem relevância é é diferente de quando a gente fala das bettys onde você não tem um benefício econômico que gira em torno dessa proposta então eu não acredito que esses projetos de jogo de azar vão desaparecer do congresso nacional o lobby é muito forte vindo de vários governos e Ministério da saúde compara vício em bets com álcool e drogas 10/18/2024 | BASTIDORES CNN/CNN BRASIL/SÃO PAULO | <u>Clique aqui para visualizar a notícia no navegador</u> Continuação

também de muitos setores privados que têm interesse em é capitalizar o jogo de azar no brasil e torná-lo rentável inclusive para os cofres públicos então tem muitos interesses envolvidos mas claro como uribe tava falando teve que jogar uma agulha aí nessa fervura né porque esse não é o momento de pautar jogo de azar quando a gente está com essa polêmica das bets tem que esperar primeiro resolver o impacto nessa questão de saúde pública e de é desvio de função digamos assim dos recursos de programas sociais para esse tipo de é entretenimento então resolvido isso quando a questão das bad estiver mais calma aí sim o lobby pela volta dos jogos de azar lá no congresso nacional deve ser retomado o judiciário vai se pautar e muito na euribes em cima do que não avançar nos outros poderes o governo federal tá fazendo o que pode do ponto de vista de regulamentação direta e o congresso nacional também vai se posicionar o supremo vai ter que cuidar aí do que ficar boiando aí nessa sopinha esperar um pouquinho arrefeceu os ânimos para conseguir votar mas concordo contigo clarissa o aba é muito grande e realmente deve ser levado adiante agora tem um convite pra

As razões para o encolhimento do PIB do agro em 2024 10/18/2024 | GLOBO RURAL ONLINE/SÃO PAULO | Clique aqui para visualizar a notícia no navegador

Segundo cálculos realizados pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea – Esalq/USP) em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) o PIB do agronegócio brasileiro registrou uma queda de 1,28% no segundo trimestre de 2024.

Com isso, a queda acumulada do ano chega a 3,5%. Esse desempenho reflete a redução do valor bruto da produção que, por sua vez, foi pressionado pelas quedas nos preços dos produtos, além de uma menor produção também. No segmento agrícola, a queda acumulada é de 5,1% no semestre, depois de um recuo de 1,22% no segundo trimestre – que é o dado mais recente, divulgado nesta semana. Neste quadro, o maior peso contra foi o dos insumos, seguido por serviços e atividades primarias.

Dê o play e ouça o comentário

Brasil irá exportar carne de caprinos e ovinos ao Catar 10/18/2024 | GLOBO RURAL ONLINE/SÃO PAULO | Clique aqui para visualizar a notícia no navegador

1 de 1 De janeiro a setembro deste ano, o Brasil exportou cerca de US\$ 200 milhões em produtos agropecuários para o Catar. Carne de ovinos pode agrger mais valor a este comércio De janeiro a setembro deste ano, o Brasil exportou cerca de US\$ 200 milhões em produtos agropecuários para o Catar. Carne de ovinos pode agrger mais valor a este comércio Ernesto de Souza/Ed.Globo O Ministério da Agricultura comunicou na noite desta quinta-feira (17/10) que o Brasil passará a exportar carne de caprinos e de ovinos ao Catar, após o país asiático aprovar o Certificado Sanitário Internacional. De janeiro a setembro deste ano, o Brasil exportou cerca de US\$ 200 milhões em produtos agropecuários para o país. Aproximadamente 90% desse valor correspondem a proteínas animais, em especial, aves e bovinos.

Desde o início deste ano, o Brasil conquistou 182 aberturas de mercado para produtos agro, totalizando 260 aberturas em 61 destinos desde o início de 2023.

Pescados/Agricultura: EUA deixam de exigir certificação sanitária internacional para exportação do Brasil 10/18/2024 | BROADCAST.COM.BR/BRAZIL | Clique aqui para visualizar a notícia no navegador

Por Vitor Queiroz, especial para a Agência Estado

São Paulo, 18/10/2024 - Os Estados Unidos deixaram de exigir do Brasil a Certificação Sanitária Internacional (CSI) para o setor de piscicultura, o que deve acelerar a exportação de pescados do País. A informação foi divulgada hoje pelo Ministério da Agricultura, em nota.

O Brasil é o segundo país que mais exporta pescados aos EUA. Segundo dados do Informativo de Comércio Exterior da Piscicultura, da PeixeBr, associação que reúne o setor de pescados no País, a exportação de pescados do Brasil aumentou 72% no segundo trimestre em comparação ao primeiro trimestre deste ano. O acumulado neste semestre foi de US\$ 23,7 milhões, que representa 96% do valor total exportado em 2023. O principal produto é a tilápia, que representa 92% do montante total, sendo que 87% deste volume de tilápia tem como destino os EUA.

Para o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, na nota, o fato de os EUA decidirem deixar de exigir o CSI para o Brasil reflete uma confiança no controle sanitário do País: "Essa desburocratização do processo de exportação não significa a falta de controle, é o contrário, os empresários brasileiros vão seguir as regras da Administração Federal de Alimentos e Medicamentos (FDA) dos Estados Unidos, o que vai simplificando, desburocratizando o processo e aumentando a competitividade do setor".

Com produção em alta, tilápia pode se tornar uma commodity como o frango 10/19/2024 | O ESTADO DE S.PAULO/SÃO PAULO | Clique aqui para visualizar a notícia no navegador

E&N_B8
Tilápia, novo 'frango'
para a exportação
Produção do País
cresce 10% ao ano

Abastecimento Proteína animal

Com produção em alta, tilápia pode se tornar uma commodity como o frango

Pescado produzido no País cresce a taxas de 10% ao ano e já é exportado para 48 países; segundo especialistas, em 20 ou 30 anos consumo pode ser igual ao do frango

FERNANDA FARIAS

AGRO ESTADÃO PORTO ALEGRE

A carne de tilápia é a proteína cuja produção mais cresce no mundo e, em 20 ou 30 anos, o seu consumo pode ser equivalente ao de frango, dizem especialistas. O fato de ser macia e ter sabor delicado, que não lembra o peixe de mar nem o de rio, ajudou a tilápia a cair no gosto dos brasileiros. De acordo com o IBGE, a espécie já responde por um quarto do consumo de peixe no Brasil.

A espécie representa 65% do cultivo total de peixes no País, que somou 887 mil toneladas no ano passado, segundo a Associação Brasileira de Piscicultura (Peixe BR). Esse volume é suficiente para colocar o Brasil na quarta posição entre os principais países produtores, com 8% de participação mundial da espécie. A China lidera, produzindo mais de 30% da oferta, seguida da Indonésia e do Egito. Ao todo, 90 países produzem o pescado, que é consumido em 140 nações.

De 2022 para 2023, produção e consumo mundial de tilápia avançaram 3,1%, segundo números da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Não é por acaso que a espécie já é o tipo de proteína que mais cresce – na comparação com carnes bovina, suína e de frango.

"Nos últimos dez anos, a pro-

dução cresceu 10,3% ao ano. Nós não temos nenhuma outra proteína animal com esse resultado", diz Francisco Medeiros, presidente da Peixe BR.

Além disso, a tilápia também é o pescado brasileiro mais exportado, sendo vendido para 48 países. No primeiro semestre deste ano, as vendas externas somaram 4,7 mil toneladas, ou US\$ 22 milhões. Em comparação com o mesmo período de 2023, houve crescimento de 98% em volume e 43% em receita, segundo a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

COMMODITY. "A tilápia é uma commodity e o empresário brasileiro sabe produzir proteína animal (*como*) commodity. Daí, para migrar para a tilápia foi muito fácil. Hoje, os principais produtores de tilápia são os maiores produtores de aves e suínos do País", diz Medeiros.

Por isso, o executivo afirma que o Brasil pode se tornar o segundo maior produtor do pescado em 2030. "Tem todo o ambiente para ser maior que suínos e aves, porque o maior consumo no mundo é de peixe, e não de suínos e aves. Daqui a 20 ou 30 anos, provavelmente a tilápia vai competir com o frango", afirma.

No Brasil, o consumo de pescado ainda é bem inferior ao de frango – a proporção é de 40 kg de aves per capita para 10 kg



A tilápia é a proteína de origem animal que mais cresce atualmente

de peixes. E metade desse volume de pescado é tilápia, por isso, o presidente da Peixe BR reforça sua previsão.

PREÇO. No entanto, o valor pago pelo consumidor pelo frango e pela tilápia tem ainda uma diferença expressiva: o quilo do frango inteiro congelado varia de R\$ 8 A R\$ 10, em média, ao passo que a tilápia está na casa dos R\$ 30. Os dados são do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Gepea), da Esalq/USP.

Os produtores recebem valores semelhantes pelos produtos, oscilando entre R\$ 7 e R\$ 8 o quilo. Mas o frango ainda leva vantagem devido ao custo de produção: enquanto as aves têm um ciclo de produção que pode variar entre oito e 12 sema-

"Tem tudo para ser maior que suínos e aves, porque o peixe é mais consumido no mundo"

Francisco Medeiros Presidente da Peixe BR

nas até o abate, a tilápia demora de cinco a seis meses.

Para o pesquisador em genética e melhoramento animal da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, Alexandre Caetano, a tilápia tem tudo para se tornar o "novo frango". Mas, antes, ainda precisa avançar em melhoramento genético e eficiência alimentar.

"Em relação a outros peixes, ela já é a preferida do mercado, por serum produto fácil de processar e que pode ser entregue ao consumidor fresco ou congelado. Mas o melhoramento genético do frango vem acontecendo há muitas décadas. Ainda temos todo um trabalho para ser feito na tilápia", observa

PRODUÇÃO. Mesmo ainda sem esse avanço genético, a tilápia é uma espécie fácil de criar. Basicamente, precisa apenas de água e alimento. "O Brasil tem muita água para fazer isso, tem clima, e tem insumos para fornecer a ração", diz o pesquisador.

O Paraná é o estado que mais produz tilápia atualmente – com 209,5 mil toneladas em 2023. Bem atrás vêm São Paulo (75,7 mil ton), Minas Gerais (58,2 mil ton), Santa Catarina (44,6 mil ton) e Mato Grosso do Sul (32 mil ton).

O especialista da Embrapa lembra ainda que, em algumas regiões do País, é possível fazer mais de dois ciclos de produção por ano do peixe, que além disso tem baixo custo de produção. Por ser onívora, a espécie não precisa de uma ração com tanta proteína animal como os peixes carnívoros, o que barateia o custo da alimentação.

E ainda existe a vantagem da reprodução. "Se deixar machos e fêmeas juntos em um mesmo tanque, eles se reproduzem naturalmente. Isso incentiva alguns produtores a se especializarem na produção de alevinos", explica. ●

BROADCAST DE OLHO NAS AÇÕES

Exportadoras devem ser destaque no trimestre

A safra de balanços das empresas de capital aberto do terceiro trimestre de 2024 tem início na semana que vem, com a Neoenergia abrindo a temporada na quarta-feira, 23. Segundo avaliação de analistas c, empresas exportadoras (mais precisamente as de petróleo e proteínas) devem reportar bons resultados, enquanto as expectativas já não são tão animadoras para o varejo, assolado pela cautela dos "juros altos por mais tempo" no Brasil.

Para o analista da CM Capital, Robert Machado, as empresas que têm como base de suas entregas o desempenho do petróleo, como Petrobras, Prio e Brava Energia, devem ser o destaque da temporada, em função das escaladas e tensões constantes no Oriente Médio. "Os conflitos vêm estressando o preço e isso deve

Ibovespa

::::::::::

7% é a queda acumulada desde o início do ano pelas ações da Prio

fazer com que outras empresas acabem aumentando seus estoques", afirma.

Dentre as petroleiras, Prio tem a preferência. "Temos bons olhos para o ativo, principalmente porque dentre as empresas do ramo ela é a mais descontada". O papel tem perdas superiores a 7% no ano.

Já a expectativa para os frigoríficos também é positiva aos olhos do sócio da L4 Capital, Hugo Queiroz. "As exportadoras de proteínas vão conseguir ter melhora de margens, crescimento e geração de caixa."

Crise hídrica global ameaça mais de metade da produção de alimentos 10/18/2024 | FOLHA DE S.PAULO ONLINE/SÃO PAULO | Clique aqui para visualizar a notícia no navegador

Mais da metade da produção mundial de alimentos pode estar em risco até 2050 se medidas urgentes contra a crise global de água não forem adotadas, alertou um grupo de líderes e especialistas em um relatório publicado nesta quinta-feira (17).

"Quase 3 bilhões de pessoas e mais da metade da produção mundial de alimentos estão agora em áreas onde o armazenamento total de água tende a diminuir", diz o relatório produzido pela Comissão Global sobre a Economia da Água (GCEW, na sigla em inglês).

Intitulada "A economia da água: valorizar o ciclo hidrológico como um bem comum global", a análise alerta que a crise hídrica pode levar a uma redução média de 8% no PIB (Produto Interno Bruto) em países de alta renda até 2050 e de até 15% em países de baixa renda.

Os declínios econômicos seriam consequência "dos efeitos combinados das mudanças nos padrões de precipitação e do aumento das temperaturas devido às mudanças climáticas, juntamente com o declínio do armazenamento total de água e a falta de acesso a água limpa e saneamento".

Planeta em Transe

Uma newsletter com o que você precisa saber sobre mudanças climáticas

Carregando...

A GCEW considera que "a utilização destrutiva da terra e a persistente má gestão dos recursos hídricos se juntaram ao agravamento da crise climática para colocar o ciclo global da água sob uma pressão sem precedentes".

Em hidrologia, o chamado ciclo da água ou ciclo hidrológico refere-se à troca contínua de água entre a atmosfera, a água do solo, águas superficiais, subterrâneas e das plantas.

"Pela primeira vez na história da humanidade, estamos desequilibrando o ciclo global da água. Já não podemos confiar na chuva, a fonte de toda a água doce, devido às alterações climáticas e de uso da terra causadas pela humanidade, que prejudicam a base do bem-estar humano e da economia mundial", afirma Johan Rockström, diretor do Instituto de Potsdam de Pesquisa sobre Impactos Climáticos e um dos cinco copresidentes da GCEW.

Relatório histórico

A Comissão Global sobre a Economia da Água foi criada pela Holanda em 2022, com base no trabalho de dezenas de cientistas e economistas de renome, com o objetivo de formar uma visão abrangente sobre o estado dos sistemas hidrológicos globais e sua gestão.

O relatório de 194 páginas publicado nesta quinta é o maior estudo global a analisar os vários aspectos da crise da água e sugerir soluções. O documento, que a comissão classifica de "histórico", argumenta que as abordagens existentes ocasionaram a crise da água, por não levarem em conta o seu valor para a economia e a preservação dos ecossistemas.

Embora a água seja frequentemente percebida como "um presente abundante da natureza", o relatório enfatiza que ela é escassa e cara para transportar.

Em julho de 2010, a Assembleia Geral das Nações Unidas reconheceu o direito de todas as pessoas ao acesso a água suficiente para uso pessoal e doméstico, o que equivaleria a entre 50 e 100 litros por dia. A GCEW, no entanto, afirma que essa quantidade foi subestimada e sustenta que "uma vida digna —incluindo nutrição e consumo adequados— requer um mínimo de cerca de 4.000 litros por pessoa por dia".

Água como bem comum global

Os especialistas apelaram para que o ciclo da água seja considerado um "bem comum global", o que exige uma "colaboração através de fronteiras e culturas", e para uma transformação na governança da

Crise hídrica global ameaça mais de metade da produção de alimentos 10/18/2024 | FOLHA DE S.PAULO ONLINE/SÃO PAULO | Clique aqui para visualizar a notícia no navegador Continuação

água em todos os níveis.

"Os custos envolvidos nessas ações são muito pequenos em comparação ao dano que a inação contínua causará às economias e à humanidade", destacaram os especialistas.

Leia mais

Desmatamento e irrigação de lavouras fazem minguar rios do cerrado

Para enfrentar a crise, é necessária uma "nova economia da água", baseada num "pensamento mais ousado e integrado e numa reformulação da estrutura das políticas", defende a comissão.

"Só podemos resolver esta crise se pensarmos em termos muito mais amplos sobre como governamos a água. Reconhecendo as interações da água com as alterações climáticas e a biodiversidade. Mobilizando todas as nossas ferramentas econômicas e financiamento público e privado para inovar e investir na água. Pensando e agindo multilateralmente", resume outro copresidente da GCEW, o líder de Singapura, Tharman Shanmugaratnam.

Do fim de subsídios a dietas de origem vegetal

Entre outras medidas, o documento da GCEW defende a eliminação de subsídios prejudiciais em setores de uso intensivo de água. "Precisamos vincular a precificação da água a subsídios apropriados", disse Ngozi Okonjo-Iweala, Diretora-Geral da Organização Mundial do Comércio e copresidente da GCEW.

A primeira missão, segundo a comissão, deverá ser o lançamento de uma revolução nos sistemas alimentares, o que incluiria o uso da microirrigação (técnica de irrigação que consiste na aplicação de água de forma precisa e controlada) na agricultura e a mudança progressiva "de dietas de origem animal para dietas de origem vegetal".

A GCEW recomenda também que sejam conservados e restaurados habitats naturais essenciais para preservar a umidade nos solos e plantas, que retorna e circula pela atmosfera e gera chuva.

"Nenhuma comunidade ou economia será poupada"

O relatório apela ainda pela proteção dos mais pobres e vulneráveis. "A crise global da água atinge primeiro, e de forma mais dura, os mais vulneráveis. Mais de mil crianças com menos de 5 anos de idade morrem todos os dias por causa de água imprópria e falta de saneamento", diz o relatório.

"No entanto, nenhuma comunidade ou economia será poupada das consequências de um ciclo da água desregulado —resultado de nossas ações coletivas ao longo de décadas. O mais perigoso é que falharemos no combate às mudanças climáticas se falharmos na gestão da água", alerta o texto.



Fernando Haddad (Fazenda) no lançamento do programa Acredita, do Sebrae Marlene Bergamo/Folhapress

Governo anuncia crédito para empreendedores e empresas prejudicados por apagão em SP

Recursos, em um total de R\$ 150 milhões, virão de fundo aberto para auxílio ao RS e serão repassados via Pronampe, afirma Haddad

Laura Intrieri e Joelmir Tavares

SÃO PAULO O presidente Lula (PT) anunciou nesta sexta-feira (18) medidas de crédito para empresas e empreendedores prejudicados pelo apagão em São Paulo.

"Vamos fazer para a cidade de São Paulo o mesmo que fizemos pelo Rio Grande do Sul", disse, durante evento na capital paulista. "Nós vamos estabelecer uma linha de crédito para que as pessoas possam se recuperar."

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse em coletiva após a fala de Lula que R\$ 150 milhões virão do Fundo Garantidor de Operações (FGO) e que a linha de crédito será concedida via Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte).

"Estamos pegando R\$ 150 milhões do FGO, que foi um fundo que foi aberto para o Rio Grande do Sul, para liberar uma linha de crédito pelo Pronampe para as pessoas que foram comprovadamente afetadas na região metropolitana de São Paulo", afirmou.

O ministro também afirmou que o pacote atenderá apenas à atividade econômica, como pequenos empresários e empreendedores, e não à população geral.

"O cidadão em geral recorre à própria concessionária, que pode repor o bem", disse Haddad.

Devedores do Pronampe que estiverem em áreas afetadas poderão prorrogar a dívida por dois meses. Haddad disse, ainda, que a liberação de recursos não deve ter impacto nas contas públicas.

"Como ele é garantia, alavanca R\$1 bilhão de linha de crédito. Esse é o teto da linha de crédito, com R\$ 150 milhões de garantia do FGO. Então não tem impacto em primário [saldo das contas públicas]", disse.

Por se tratar do uso de recursos do FGO, é necessária aprovação do Congresso, e por isso será editada uma MP, diz Haddad. A medida deve sair antes da viagem de Lula à Rússia, domingo.

Mais de 3 milhões de clientes da Enel ficaram sem energia na Grande São Paulo após temporal no dia 11. O anúncio vem momento em que o apagão está no centro da campanha eleitoral para a Prefeitura de São Paulo, entre seu aliado Guilherme Boulos (PSOL) e o prefeito Ricardo Nunes (MDB).

O candidato à reeleição tenta se esquivar das afirmações de Boulos de que a culpa é da prefeitura por falhar na poda de árvores. Nunes também aponta o papel do governo Lula, lembrando que a concessão de energia é federal.

Aneel teve corte de 42% na verba e opera com 27% menos servidores

Agência é responsável por fiscalizar a Enel; especialistas veem erros coletivos em apagão

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) atua neste ano com verba 42% menor do que a pedida ao governo Lula (PT) para 2024. Responsável por fiscalizar as concessionárias de energia elétrica, a agência tem sido acusada de omissão em relação à Enel e aos apagões na Grande SP.

O órgão havia informado ao governo federal que precisava de R\$ 244 milhões em recursos para este ano. O orçamento anual destinou 180 milhões, e ao longo do ano a verba sofreu cortes que somam R\$ 38,6 milhões. A Aneel ficou, portanto, com R\$ 141,4 milhões.

O agência convive ainda com déficit de 27% no quadro de servidores. No total, possui 560 profissionais e 250 vagas em aberto.

Ontem, a Aneel afirmou que vai intimar a Enel em processo aberto após o apagão da semana passada. Ao final, o contrato de concessão pode ser cancelado. Procurada, a empresa não comentou. Para especialistas, a agência e a gestão Lula erraram por não pressionar a concessionária a resolver a última crise, e a Prefeitura de São Paulo falhou pelo descompasso com a Enel em relação à poda de árvores na cidade. Cotidiano A37 e A38

Continuação



Trecho sem luz na rua Lisboa, na zona oeste de São Paulo, após apagão no sábado (12) Felipe Iruatã - 12. out. 24/Folhapress

Aneel teve corte de 42% no orçamento neste ano e opera com 27% a menos do efetivo

Para especialistas, agência e governo federal erraram ao não pressionarem mais a Enel por uma solução dos problemas em SP

Alexa Salomão

SÃO PAULO Para atuar em 2024, a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) informou ao governo federal que precisava de R\$ 244 milhões. O orçamento anual lhe destinou R\$ 180 milhões, valor já inferior aos R\$ 187 milhões que havia recebido e utilizado integralmente em 2023.

Ao longo do ano, porém, essa verba foi sofrendo cortes, que já somam R\$ 38,6 milhões. Ou seja, a agência trabalha neste ano com uma verba 42% menor em relação ao valor original necessário.

Não é diferente em relação ao quadro de servidores, que tem déficit crônico de 27%. Nem o processo de seleção de 2010 ou o Enem dos Concursos deste ano supriram aposentadorias e evasão de profissionais que buscam melhores salários em outras carreiras da gestão federal. Neste ano, a Aneel já perdeu 19 servidores, recorde desde sua criação.

A Aneel tem hoje 560 profissionais e 205 vagas em aberto.

Desde maio, a diretoria está desfalcada e toma decisões com três diretores e um diretor-geral, o que emperra demandas importantes quando há empate.

Os números ajudam a ilustrar as responsabilidades pelo apagão prolongado que atingiu São Paulo. A Folha ouviu especialistas para fazer balanço de responsabilidades do poder público, e a avaliação é que a população sofre com uma sucessão de erros coletivos.

"Estamos diante da absoluta ausência de aprendizado. Ninguém entendeu que as mudanças climáticas exigem revisões da política pública, em todas as esferas, e não cumpre o papel que lhe cabe", resume o pensamento geral Luis Eduardo Barata, presidente da Frente Nacional de Consumidores de Energia e ex-secretário-executivo do MME.

O problema começa por cima, explica. O poder de dar e tomar a concessão na distribuição de energia é da União, por meio do MME (Ministério de Minas e Energia). O governo Lula (PT) passou alguns meses fazendo críticas à Enel SP, mas depois resolveu dar uma chance à empresa.

O ministro Alexandre Silveira solicitou à Aneel que instalasse o processo de avaliação, que poderia levar a caducidade, e reclamou numa entrevista coletiva nesta semana que sua determinação não foi levada adiante.

A pedido da reportagem, a pasta enviou o documento à Folha. Datado de 1º de abril, ele cita os apagões de novembro de 2023 e o de março deste ano.

Em 15 de junho, o presidente Lula se reuniu com o CEO mundial da Enel na Itália e disse que o governo brasileiro estava disposto a renovar o acordo com a empresa porque ela tinha o compromisso de elevar o investimento de R\$ 11 bilhões para R\$ 20 bilhões nos próximos três anos. Também prometeu que não haveria mais apagões.

"O ministério foi no mínimo inativo. Como é isso: manda ofício e não cobra?", diz Barata. "A questão é que representantes do governo foram à Itália, e quando a alta direção da Enel se comprometeu a botar R\$ 21 bilhões aqui, a discussão parou. Qual foi o sinal?".

A Presidência da República disse à Folha que a proposta de aumento de investimentos e solução de problemas foi feita em reunião com a presença da primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni, em encontro justamente para sanar os problemas.

"A fala do presidente Lula é clara, e estava condicionada, já na manifestação da época, ao aumento de investimentos e a não repetição de ocorrências", destacou a nota. O MME afirmou que a renovação de qualquer concessão de distribuição observará os prazos legais e dependerá do cumprimento de requisitos rigorosos.

Jerson Kelman, que foi diretorgeral da Aneel e hoje é colunista da Folha, diz que, se o governo tem urgência, pode exercer o seu papel de poder concedente. Entenda o que faz cada ente público ANEEL

É o regulador. Tem autonomia e foi criado para aplicar a lei do setor fazendo a mediação de interesses de empresas e consumidores. Deve fiscalizar o contrato de concessão e avaliar reajustes na conta de luz. Pode intervir em distribuidoras, mas sem poder de tirar a concessão.

ARSESP

Fiscalizar concessionárias do setor por delegação de Aneel, de forma programada e sob demanda. Tipos de fiscalização e locais de verificação são definidos pela Aneel

PREFEITURA DE SP Manter ações eficientes para fazer a gestão

da arborização

GOVERNO DE SP Acompanhar e sugerir providências que podem ser ignoradas, pois o estado não tem ingerência regulatória

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

sobre a distribuição de

energia desde 1998

É quem concede a prestação do serviço de distribuição e tem poder de decretar a caducidade. "Como quem fiscaliza as distribuidoras é a Aneel, é natural que um processo de caducidade seja instruído por ela. Agora, o governo, no limite, se está absolutamente convencido de que tem que declarar a caducidade, pode pedir informações à Aneel e fazer a instrução ele mesmo", afirma.

Os especialistas avaliam que algo deu errado na fiscalização, já que problemas no plano de ação da Enel não foram identificadas. "A principal falha da agência foi acreditar que a Enel conseguiria organizar um plano e não ter feito marcação mais cerrada, mantendo um ou dois fiscais dentro da empresa", diz Edvaldo Santana, que foi diretor da Aneel. A agência federal enviou à Fo-

A agência federal enviou à Folha o cronograma de ações que promoveu a partir do apagão do ano passado, e incluiu diligências, aplicação de multa, reuniões e workshop. A agência destacou que a redução dos recursos afetou a capacidade de fiscalização.

Esse trabalho foi realizado junto com Arsesp (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo), com quem a Aneel tem convênio desde 2008.

A agência estadual mantém 24 fiscais para atenderem a sete contratos vigentes no estado. Ainda em março deste ano, no entanto, sentindo o problema de orçamento, a Arsesp solicitou à Anel autorização para utilizar recursos próprios e realizar mais fiscalizações no estado. O aditivo foi assinado apenas neste mês.

Outro consenso é que há claro problema de afinamento entre Prefeitura de São Paulo e Enel, porque os dois apagões prolongadas após tempestades envolvem o mesmo problema: queda de árvores. A consultora Stela Goldenstein reforça que a discussão das árvores é antiga, e que os dois lados adiam as soluções.

"Árvores caem porque podas são malfeitas —permitem a entrada de fungos e de predadores, o adoecimento, e facilitam que caiam num vendaval—, mas é o descuido com a fiação que leva a demanda de podas drásticas", diz.

Goldenstein afirma que distribuidoras de energia ganham vendendo espaço do fio, e que também existem redes aéreas para telecomunicações, além de cabos clandestinos. "O jogo de empurra que vemos é simplista e oportunista do ponto de vista político".

A gestão Ricardo Nunes (MDB) disse em nota que, desde maio de 2020, a Enel tem um convênio com a cidade para fazer o manejo de árvores nas áreas de risco com instalações elétricas, e que há reuniões mensais sobre o tema com as subprefeituras.

Na lista de envolvidos na questão, o mais isento, segundo os especialistas, é o governo do estado, que não não ingerência sobre a distribuição de energia desde a privatização da Eletropaulo em 1998. Mas lembram que política pública se faz com cooperação entre os três níveis de governos —federal, estadual e municipal.

Dentro do cenário de mudanças climáticas, o governo do estado poderia, por exemplo, incluir na política pública ações conjuntas, com a prefeitura, para gestão das árvores, e com a União e as agências, na regulamentação da fiação.

O agronegócio está perdendo para ele mesmo. A fatia do setor que não desmata, não bota fogo, também tem sido vítima dos incêndios. Foi o que vimos em São Paulo, principalmente, nas usinas de açúcar e do álcool. Quem faz o bom agronegócio tem que denunciar, tem que cortar laços com essa agricultura que destrói. Não pode aceitar nenhum fornecedor com esse perfil. Nem o fornecedor do fornecedor. É preciso separar joio e trigo no Brasil. Isso é fundamental para que o agronegócio prospere e seja o vencedor nessa batalha. Até aqui, eles estão perdendo para eles mesmos.

Em reportagem publicada no GLOBO, nesta sexta-feira, Eduardo Gonçalves e Dimitrius Dantas mostram o resultado de um trabalho cuidadoso, minucioso, que além de levantar que o Ibama aplicou R\$ 451 milhões em multas contra 138 alvos por queimadas na Amazônia e no Pantanal, mostra quem são os acusados desses crimes ambientais. E eles são fazendeiros, advogados e empresários, enfim, são proprietários rurais ateando fogo em suas propriedades ou em áreas públicas produzindo boa parte de toda a tragédia que temos visto nos últimos meses.

Há casos muito impressionantes, por exemplo, o do advogado Luiz Gustavo Battaglin Maciel, e o fazendeiro Ademir Aparecido de Jesus, em Corumbá, no Mato Grosso do Sul, que foi multado em setembro em R\$ 50 milhões. Uma área que eles reivindicam como sendo deles, pegou fogo e isso demorou 110 dias para ser controlado e atingiu 135 imóveis rurais.

Por que eles são os principais suspeitos? Por várias razões. Eles nada fizeram para combater o fogo, não haviam protegido a área com aceiros por exemplo, um sistema de proteção comumente utilizado em propriedades rurais, que consiste em deixar uma faixa de terra cercando uma área para que o fogo não se propague. Outra razão é que essa área não pode ser acessada de fora, não é perto de uma estrada, por exemplo. O Ibama tem muitas suspeitas em relação ao Battaglin e Aparecido, diante dessa falta de esforço em apagar o fogo, justamente numa área que ambos reivindicam. Como já mostrou levantamento recente do MapBiomas, a queimada de áreas de mata é uma estratégia usada para abrir pasto para o gado. E eles já têm antecedentes.

Outro personagem da reportagem é o fazendeiro Delmir José Alba, que nasceu em Santa Catarina e foi para Novo Progresso e Altamira, no Sul do Pará, desenvolver empreendimentos do agronegócio. Em 2020, Alba confessou à Polícia que tinha intenção de derrubar 80% da mata na propriedade, justamente onde se identificou um dos maiores desmatamentos contínuos na Amazônia, de 4.350 hectares. No entanto, ele disse que não fez a queimada.

É importante destacar que os casos acontecem sempre nas mesmas cidades que na semana passada a gente conversou, como Altamira, Novo Progresso, Lábrea, Buritis, Boca do Acre, São Félix do Xingu, nessa última eu estive para apuração da reportagem que se transformou no livro "Amazônia na encruzilhada". O Ibama e as autoridades de segurança investigam 138 alvos nessas área.

Luiz Gustavo Battaglin Maciel é o advogado de Luiz Fernando da Costa, o traficante Fernandinho Beira-Mar. A história vai ficando pior.

Jair Schmitt, diretor de Proteção Ambiental do Ibama, ouvido pela reportagem, destacou ainda que apenas 20% das multas são pagas sem judicialização e menos de 1% dos suspeitos é condenado por crime de incêndio no Brasil. A Justiça acaba dando ganho de causa a quem incendiou, a quem destruiu e isso é muito grave, porque tem reflexo na vida de todos, na economia e no meio ambiente.

Imposto Taxação de milionários

Estudo projeta R\$ 20 bi com tributo

___ Montante seria insuficiente para compensar perdas com eventual isenção de Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil – uma promessa eleitoral do presidente Lula

GIORDANNA NEVES AMANDA PUPO FERNANDA TRISOTTO

BRASÍLIA

A criação de um imposto mínimo para milionários no Brasil, com uma alíquota efetiva de 12%, tem potencial para elevar a arrecadacão do governo em torno de R\$ 40 bilhões por ano, mas deve gerar, de fato, algo próximo a R\$ 20 bilhões em razão do planejamento tributário que seria feito por esses contribuintes para tentar escapar da mordida extra da Receita. O montante seria insuficiente para repor a perda estimada em pelo menos R\$ 45 bilhões com a promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil.

Os cálculos são do economista do Santander Brasil Ítalo Franca, que levou em conta os dados da declaração do Imposto de Renda Pessoa Física de 2022 (anobase 2021). São mais de 250 mil contribuintes ganhando acima de R\$1 milhão, segundo o levantamento.

Franca afirma que, apenas sob a ótica da taxação dos milionários, a proposta de compensação é limitada, já que esses contribuintes podem mudar os planos tributários para reduzir os efeitos do novo imposto. "As pessoas vão fazer outros tipos de decisões (com uma nova regra tributária). Eventualmente, se você taxa mais, provavelmente haverá uma diminuição da quantidade de dividendos. Então, eu acho que vai ter de ter um equilíbrio", avaliou.

O impacto fiscal da ampliação da isenção do Imposto de Renda estressa o mercado, que teme que o governo deixe pontas soltas em uma reforma mais ampla da renda, pondo em risco o chamado princípio da neutralidade. Em evento na semana passada, Lula disse que seria "preciso tirar de alguém" para custear a isenção de IR até R\$ 5 mil. ●

Programa Estímulo a investimentos

Governo atrai R\$ 45 bilhões na primeira operação do Ecoinvest

ALINE BRONZATI

CORRESPONDENTE NOVA YORK

O governo brasileiro conseguiu alavancar R\$ 45 bilhões em financiamentos a projetos sustentáveis na primeira operação do EcoInvest, o programa de hedge cambial cujo objetivo é atrair recursos para projetos sustentáveis de longo prazo, lança-

do em novembro do ano passado em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o montante já alcançado foi mobilizado a partir de um aporte de R\$7 bilhões no instrumento de 'blended finance', descrito como uma PPP do crédito – um financiamento que combina capital

público e privado. O anúncio da primeira operação foi feito durante o lançamento, quinta-feira, do programa Acredita, que tem no EcoInvest uma de suas fontes de crédito.

O presidente do BID, Ilan Goldfajn, classificou o primeiro leilão como "muito encorajador" por confirmar o interesse do mercado pelo instrumento.

O EcoInvest oferece proteção

cambial a investimentos estrangeiros em projetos sustentáveis de longo prazo no País, e é uma das apostas da equipe econômica para reduzir riscos associados à volatilidade do câmbio e, com isso, atrair mais capital externo.

TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA.

Haddad fez referência à primeira operação do Ecoinvest ao salientar que o Acredita cobre desde o brasileiro de baixa renda, que está no Bolsa Família, ao mega empresário, que precisa de hedge cambial. A cada R\$ 1 do setor público, os financiadores do setor privado entram com no mínimo R\$ 6 para que os recursos sejam viáveis a juros baixos nos em-

preendimentos da agenda de transformação ecológica.

"Vale para SAF (combustível sustentável de aviação), vale para economia circular, para biocombustível, para energia eóli-

Hedge

Parceria do governo brasileiro com o BID, programa dá proteção cambial a investimentos

ca e solar, vale para qualquer coisa que tenha a ver com o futuro deste País e que está na transformação ecológica", disse Haddad ao explicar a destinação dos recursos.

Acordo UE-Mercosul não é aceitável como está, afirma Macron 10/18/2024 | FOLHA DE S.PAULO ONLINE/SÃO PAULO | Clique aqui para visualizar a notícia no navegador

A proposta para fechar o acordo de livre-comércio entre a União Europeia (UE) e o Mercosul "não é aceitável" da forma como está, afirmou o presidente da França, Emmanuel Macron, nesta quinta-feira (17).

"Em seu estado atual, não é um tratado aceitável. Pedimos o respeito aos Acordos de Paris [sobre o clima] e a proteção dos interesses das indústrias e dos agricultores europeus", disse Macron, após uma reunião de cúpula da UE.

O acordo de livre-comércio entre os dois blocos começou a ser negociado em 1999. Em 2019, as partes anunciaram o fim da fase de negociações e a assinatura de um acordo de Associação Estratégica, mas novos obstáculos surgiram.

Uma nova legislação europeia, exigindo compromissos ambientais, levou à reabertura de alguns capítulos do texto. Os países do bloco sul-americano também pediram atualizações do acordo, o que levou as negociações a se arrastarem até hoje.

A França se tornou o principal opositor europeu do acordo, por considerar que o documento não protege devidamente os agricultores da UE, principalmente os franceses.

A rodada mais recente de discussões técnicas ocorreu há uma semana, no Brasil.

Putin diz à CNN Brasil que não vai à cúpula do G20 após mandado de prisão do TPI | CNN Brasil 10/18/2024 | CNN BRASIL ONLINE | Clique aqui para visualizar a notícia no navegador

Presidente russo afirmou que enviará funcionário do governo ao encontro de novembro

18/10/2024 às 11:11 | Atualizado 18/10/2024 às 13:10

Putin diz à CNN Brasil que não vai à cúpula do G20 após mandado de prisão do TPI | LIVE CNN

Compartilhar matéria Copiar Link

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, confirmou à CNN Brasil que não irá à cúpula do G20, que será realizada no Rio de Janeiro, em novembro.

Putin é alvo de um mandado de prisão do Tribunal Penal Internacional por supostos crimes de guerra durante a operação russa na Ucrânia. O Brasil é signatário do Tratado de Roma e seria obrigado a respeitar a decisão do TPI e prender o líder russo no momento em que ele chegasse ao solo brasileiro.

O procurador-geral ucraniano, Andriy Kostin, inclusive, fez um apelo na semana passada para que o Brasil prendesse Vladimir Putin caso ele viesse ao encontro.

"Temos uma boa relação, relação amigável com o presidente Lula. Eu iria lá de propósito? Para violar a operação desse fórum? Para arruinar o fórum?", indagou.

"Mesmo colocando o TPI de lado, será o único tópico em discussão, por que faríamos isso? Somos adultos. Vamos achar uma pessoa na Rússia que possa representar os interesses da Rússia no Brasil", adicionou.

Leia Mais

Expansão dos Brics não pode afetar eficiência do grupo, diz Putin

Putin diz que EUA estão minando relação comercial com a China

Putin defende solução de dois Estados para guerra na Faixa de Gaza

Putin destacou ainda que o TPI "não tem nenhuma importância" e que a Rússia não reconhece sua jurisdição.

O presidente da Rússia afirmou que seria possível desenvolver soluções diplomáticas para evitar qualquer sua prisão, com acordo formal entre os dois governos, mas, em seguida, voltou a criticar o tribunal.

"Em relação à independência, não quero me fazer soar sombrio, mas o tribunal criminal disse vai tomar decisões contra certos líderes do Oriente Médio. Pois os Estados Unidos os questionaram, e eles se calaram, a resposta é essa, o respeito a uma unidade que não é independente nem universal é realmente baixo, é de baixa consideração", pontuou.

A CNN Brasil foi o único veículo de imprensa das Américas presente no encontro com o líder russo.

Crescimento dos Brics

Ainda durante a entrevista, Putin avaliou que os países dos Brics devem crescer mais rápido do que os do G7. E que os Brics assumirão um papel cada vez maior no comércio global.

"O mercado internacional não pode sobreviver sem os Brics, inclusive em tecnologia, como a inteligência Artificial. Essa é a mudança mais tangível. Isso é natural. O mundo muda sempre. Os novos líderes emergem", disse Putin.

"O Brics não é contra ninguém. O Brics não é um grupo anti-ocidente. É apenas um grupo não-ocidental", afirmou o líder russo.

Segundo Putin, mais de 30 países demonstraram interesse em se aliar ao bloco. Para a atual presidência rotativa do bloco, a ampliação seria bem-vinda, desde que guiada por princípios pré-acordados.

"Atualmente, estamos trabalhando em uma nova categoria de 'Parceiros dos Brics'. Precisamos de um consenso: seremos muito cuidadosos ao sermos guiados por dois princípios. Primeiro, multilateralismo. Em segundo, a eficiência da organização. Ao expandir o número de países, não deveríamos perder a

Putin diz à CNN Brasil que não vai à cúpula do G20 após mandado de prisão do TPI | CNN Brasil 10/18/2024 | CNN BRASIL ONLINE | Clique aqui para visualizar a notícia no navegador Continuação

agilidade do bloco. É isso que guiará nossos próximos passos", disse. Tópicos BRICS diplomacia Venezuela Vladimir Putin

USP cria centro de inovação e nova disciplina sobre transição energética

Universidade quer engajar a geração Z no debate e unir alunos a empresas privadas

Pedro Lovisi

SÃO PAULO A USP (Universidade de São Paulo) inaugurou nesta sexta-feira (18) o Centro de Inovação para Transição Energética (Etic, na sigla em inglês), ligado à Escola Politécnica, faculdade de engenharia da instituição.

O grupo vai focar parcerias entre alunos da universidade e empresas privadas para resolver problemas diários dessas companhias relacionados a geração de energia e eficiência energética.

No primeiro semestre de 2025, a USP vai também lançar uma nova disciplina optativa sobre transição energética disponível para alunos de todos os cursos de gra-



A diretora de produtos e projetos da ClimaTempo, Gilca Palma, fala no lançamento do novo centro de inovação da USP, que será coordenado por Erick Eduardo Rego (mais à esq.) Rafaela Araújo/Folhapress

duação da universidade. Com isso, o objetivo é que o grupo seja multidisciplinar.

"Queremos atrair a garotada para essa discussão e vamos usar a disciplina para que os alunos vivenciem problemas de verdade; a empresa vai dizer qual é o problema dela e os alunos vão tentar resolver esses problemas. A gente quer que a molecada curta esse desafio", diz Erik Eduardo Rego, coordenador do novo centro.

Também poderão fazer parte do centro alunos de pós-graduação, pré-mestrado, mestrado e pós-doutorado. Nos últimos três casos, haverá bolsa de pesquisa pelos próximos dois anos.

A inauguração do centro aconteceu em um debate organizado pela Poli sobre os desafios e oportunidades do Brasil na transição energética. Estavam presentes a subsecretária de Energia e Mineração na Secretaria de Meio Ambiente do estado São Paulo, Marisa Barros, a diretora de produtos e projetos da ClimaTempo, Gilca Palma, além de professores da universidade.

Quase metade dos brasileiros avalia que as prefeituras de suas cidades não estão fazendo nada para enfrentar os efeitos da crise do clima, mostra uma nova pesquisa do Datafolha.

O levantamento, encomendado pela Fundação SOS Mata Atlântica, ouviu a opinião da população sobre como as diferentes esferas de governo estão lidando com a emergência climática.

Foram entrevistadas 2.018 pessoas, com idade superior a 16 anos, em 113 municípios de todas as regiões do país, entre 5 e 12 de setembro. A amostra é representativa da população brasileira, e a margem de erro é de 2 pontos percentuais.

Para 46% dos entrevistados, a prefeitura de sua cidade não está fazendo nada para lidar com os impactos das mudanças climáticas. Outros 18% responderam que o governo municipal, responsável pela zeladoria das cidades, faz menos do que deveria, 20%, que faz o que deveria e 6%, que faz mais do que deveria. Os demais 10% não quiseram opinar.

Para Malu Ribeiro, diretora de Políticas Públicas da SOS Mata Atlântica, os municípios são atores importante neste contexto, uma vez que têm papel preponderante na definição do uso do solo.

"As prefeituras e as câmaras municipais têm a competência constitucional de criar áreas verdes, por exemplo. São elas que têm o poder de criar cidades mais resilientes, com rios recuperados, sem ocupação em áreas de várzea, com maior qualidade de vida para a população", afirma.

A pesquisa mostra que o governo federal teve avaliação apenas ligeiramente superior aos governos estaduais e municipais.

Ainda que 39% tenham dito que essa esfera de poder não faz nada para enfrentar a crise do clima, 54% responderam que está fazendo algo —sendo que 25% disseram que faz menos do que deveria, 22%, que faz o que deveria e 7%, que faz além do que deveria.

Em relação ao governo de seu estado, 40% consideraram que a ação para enfrentar as mudanças climáticas é nula e 49%, que há algum tipo de ação —para 21%, é suficiente, para outros 21%, é menos do que o necessário e, para 6%, mais do que o necessário.

Nos três casos, a avaliação dos mais jovens foi mais negativa do que a dos mais velhos. Entre os que têm 24 anos ou menos, 37% acham que o governo municipal está fazendo algo em relação às mudanças climáticas, 42% disseram o mesmo sobre o governo de seu estado e 47%, sobre o governo federal.

No grupo dos que têm 60 anos ou mais, as porcentagens foram, respectivamente, 49%, 52% e 59% —ou seja, uma diferença de ao menos dez pontos percentuais.

"O jovem sente na pele a omissão da geração que deixou como herança rios poluídos, desmatamento, lixo. Ele quer resposta imediata, e os governos não falam o que ele quer ouvir", analisa Ribeiro.

Segundo a especialista, os resultados da pesquisa mostram que a questão climática ainda não foi encampada adequadamente pelo poder público. "Isso revela a distância dos partidos políticos tradicionais da realidade que o mundo está vivendo", afirma.

Para Ribeiro, a pior avaliação das prefeituras em relação às outras esferas de governo se deve a uma combinação de dois fatores: o impacto da crise do clima no dia a dia das cidades e a falta de estrutura do poder público municipal para lidar com adaptação climática e outros desafios ambientais.

"A realidade dos municípios, principalmente os menores, é que falta estrutura. Estamos vendo isso com a situação recente das queimadas e com a falta de defesa civil, brigadistas. Muitos não têm nem sequer secretaria de meio ambiente. E é justamente nas cidades que os eventos extremos climáticos pegam mais: enchentes, ilhas de calor, falta de água", afirma.

Ribeiro também ressalta o pouco destaque do tema nas atuais eleições municipais. "Pouquíssimos candidatos e candidatas às prefeituras colocaram a questão da adaptação climática nas plataformas", diz.

Para 46% dos brasileiros, prefeituras não fazem nada para lidar com crise climática 10/18/2024 | FOLHA DE S.PAULO ONLINE/SÃO PAULO | Clique aqui para visualizar a notícia no navegador Continuação

"Será necessária uma pressão social muito grande para que o clima entre na agenda pública." A causa "Mata Atlântica: Regenerar e Preservar" tem o apoio da Fundação SOS Mata Atlântica.